

Zogbi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 62.042.890/0001-51
Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

No exercício, a Zogbi DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 1,553 milhão, correspondente a R\$ 98,92 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 29,903 milhões e Ativos Totais de R\$ 31,817 milhões.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2010.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2009	2008	PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE	31.252	29.757	CIRCULANTE	1.899	1.416
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	5	19	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.899	1.416
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	30.546	29.326	Sociais e Estatutárias	1.475	19
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	30.546	29.326	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10).....	293	1.318
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS			Diversas.....	131	79
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a).....	574	379	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....	15	2.599
Carteira Própria	574	379	OUTRAS OBRIGAÇÕES	15	2.599
OUTROS CRÉDITOS.....	127	33	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10).....	1	2.581
Rendas a Receber.....	16	-	Diversas.....	14	18
Diversos (Nota 7).....	111	33	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.903	29.825
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	155	3.673	Capital:		
OUTROS CRÉDITOS.....	155	3.673	- De Domiciliados no País (Nota 11a)	15.700	15.700
Diversos (Nota 7).....	155	3.673	Reservas de Lucros (Nota 11b).....	14.203	14.125
PERMANENTE	410	410			
INVESTIMENTOS (Nota 8)	410	410			
Outros Investimentos.....	453	453			
Provisões para Perdas	(43)	(43)			
TOTAL	31.817	33.840	TOTAL	31.817	33.840

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em			2º Semestre	Exercícios findos em	
	2009	2009	2008		2009	2009	2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.293	2.853	3.346	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Resultado de Operações com Títulos e Valores				Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e			
Mobiliários (Nota 6b).....	1.293	2.853	3.346	Contribuição Social	1.164	2.487	2.964
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	1.293	2.853	3.346	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	-	-	186
				Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-	-	189
				Outros.....	-	-	(3)
				Lucro Líquido Ajustado	1.164	2.487	3.150
				(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. .	(882)	(1.220)	(1.894)
				(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e			
				Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(204)	(195)	773
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(129)	(366)	(382)	Redução/(Aumento) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	2.655	2.570	464
Despesas de Pessoal.....	-	-	(33)	(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	(2.654)	(2.520)	(622)
Outras Despesas Administrativas (Nota 12).....	(81)	(244)	(175)	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(65)	(1.117)	(942)
Despesas Tributárias (Nota 13).....	(68)	(158)	(178)	Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades			
Outras Receitas Operacionais (Nota 14).....	76	200	199	Operacionais	14	5	929
Outras Despesas Operacionais (Nota 14).....	(56)	(164)	(195)	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
RESULTADO OPERACIONAL	1.164	2.487	2.964	Dividendos Pagos.....	(19)	(19)	(921)
				Caixa Líquido Proveniente de Atividades de			
				Financiamentos.....	(19)	(19)	(921)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.164	2.487	2.964	(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(5)	(14)	8
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	(401)	(934)	(985)				
LUCRO LÍQUIDO.....	763	1.553	1.979	(Redução)/Aumento			
Número de cotas (Nota 11a)	15.700.000	15.700.000	15.700.000	Líquido, de Caixa e			
Lucro por lote de mil cotas em R\$	48,60	98,92	126,05	Equivalentes de Caixa			
				Início do período	10	19	11
				Fim do período.....	5	5	19
				(Redução)/Aumento Líquido de			
				Caixa e Equivalentes de Caixa	(5)	(14)	8

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
Eventos	Capital Social		Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	Capital Realizado	Aumento de Capital		Legal	Estatutárias		
Saldos em 30.6.2009.....	15.700	-	-	1.615	13.293	-	30.608
Reversão da Distribuição do 1º Semestre de 2009.....	-	-	-	-	(743)	743	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	763	763
Destinações: - Reservas.....	-	-	-	38	-	(38)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(1.468)	(1.468)
Saldos em 31.12.2009.....	15.700	-	-	1.653	12.550	-	29.903
Saldos em 31.12.2007.....	13.000	-	700	1.476	12.574	-	27.750
Aumento de Capital com Reservas	-	2.700	(815)	-	(1.885)	-	-
Homologação de Aumento de Capital.....	1.250	(1.250)	-	-	-	-	-
Atualização de Títulos Patrimoniais.....	-	-	115	-	-	-	115
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	1.979	1.979
Destinações: - Reservas.....	-	-	-	99	1.861	(1.960)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(19)	(19)
Saldos em 31.12.2008.....	14.250	1.450	-	1.575	12.550	-	29.825
Saldos em 31.12.2008.....	14.250	1.450	-	1.575	12.550	-	29.825
Homologação de Aumento de Capital.....	1.450	(1.450)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	1.553	1.553
Destinações: - Reservas.....	-	-	-	78	-	(78)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	(1.475)	(1.475)
Saldos em 31.12.2009.....	15.700	-	-	1.653	12.550	-	29.903

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil							
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2009	%	2009	%	2008	%	
1 - RECEITAS	1.313	106,6	2.889	109,2	3.350	105,5	
1.1) Intermediação Financeira.....	1.293	105,0	2.853	107,8	3.346	105,4	
1.2) Outras	20	1,6	36	1,4	4	0,1	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(81)	(6,6)	(244)	(9,2)	(175)	(5,5)	
Serviços de Terceiros.....	-	-	-	-	(1)	-	
Outras	(81)	(6,6)	(244)	(9,2)	(174)	(5,5)	
Comunicações.....	(1)	(0,1)	(8)	(0,3)	-	-	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(62)	(5,0)	(200)	(7,6)	(140)	(4,4)	
Serviços Técnicos Especializados	(15)	(1,2)	(31)	(1,1)	(30)	(1,0)	
Serviços do Sistema Financeiro.....	(3)	(0,3)	(5)	(0,2)	(3)	(0,1)	
Outras.....	-	-	-	-	(1)	-	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2).....	1.232	100,0	2.645	100,0	3.175	100,0	
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.232	100,0	2.645	100,0	3.175	100,0	
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.232	100,0	2.645	100,0	3.175	100,0	
5.1) Pessoal	-	-	-	-	33	1,1	
Proventos.....	-	-	-	-	33	1,1	
5.2) Impostos Taxas e Contribuições	469	38,1	1.092	41,3	1.163	36,6	
Federais	469	38,1	1.092	41,3	1.163	36,6	
5.3) Remuneração de Capitais Próprios	763	61,9	1.553	58,7	1.979	62,3	
Dividendos	725	58,8	1.475	55,8	19	0,6	
Lucros Retidos	38	3,1	78	2,9	1.960	61,7	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Continua...



...Continuação

Zogbi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.042.890/0001-51

Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Zogbi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment* de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Instituição.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Organização Bradesco.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “*pro-rata*” dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Outros Créditos - Diversos”, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica “Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de

adicional de 10%. A partir de 1º de maio de 2008 a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando à alíquota de 15% para empresas financeiras (até 30 de abril de 2008 à alíquota era de 9%, sendo que o cálculo no exercício de 2008 foi efetuado de acordo com as normas específicas emitidas pelas autoridades tributárias).

Os créditos tributários originados em períodos anteriores, decorrentes da elevação da alíquota da contribuição social para 15% são registrados até o limite das obrigações tributárias correspondentes.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

g) Investimentos

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas e da redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

Os valores dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - *impairment*, que é reconhecida no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

i) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.535/08 do CMN e na Deliberação CVM nº 489/05.

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 9a).

- Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade, e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Nota 9b e c).

- Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (Nota 9b).

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base “*pro-rata*” dia).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2009	2008	
Disponibilidades em moeda nacional	5	19	
Total de disponibilidades (caixa)	5	19	
Total caixa e equivalentes de caixa	5	19	

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	181 a 360 dias	Total	
		2009	2008
Aplicações em depósitos interfinanceiros	30.546	30.546	29.326
Total em 2009	30.546	30.546	
Total em 2008	29.326		29.326

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários, correspondendo ao montante de R\$ 2.813 mil (2008 - 3.278 mil) (Nota 6b).

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil							2008	
								Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação:									
Letras financeiras do tesouro	8	-	10	363	381	381	-	258	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	8	8	8	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	138	-	-	138	138	-	23	-
Certificados de depósito bancários	-	-	2	18	20	20	-	38	-
Debêntures	-	-	26	1	27	27	-	60	-
Total em 2009	8	138	38	390	574	574	-		
Total em 2008	31	11	59	278				379	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento administrados pelo Conglomerado Bradesco, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreando as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor das respectivas cotas.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.813	3.278
Rendas de aplicações em fundos de investimento	40	68
Total	2.853	3.346

c) A Zogbi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

7) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2009	2008
Devedores por depósitos em garantia - recursos fiscais	-	2.581
Créditos tributários (Nota 16c)	238	1.093
Devedores por depósitos em garantia - recursos trabalhistas	17	21
Outros	11	11
Total	266	3.706

8) OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2009	2008
Investimentos por incentivos fiscais	46	46
Títulos patrimoniais	-	407
Ações e Cotas	407	-
Subtotal	453	453
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais	(43)	(43)
Total	410	410

Continua...



...Continuação

Zogbi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.042.890/0001-51

Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

III - Movimentação das Provisões Constituídas

	R\$ mil	
	Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias
Em 31 de dezembro de 2008 (Nota 10)	18	2.581
Atualização monetária	1	140
Constituições líquidas de reversões e baixas (1)	(5)	(2.721)
Em 31 de dezembro de 2009 (Nota 10)	14	-
(1) Na rubrica “Fiscais e Previdenciárias” inclui baixas de processos que foram objeto de adesão ao programa de parcelamento e pagamentos à vista de débitos tributários que possuíam depósitos judiciais.		

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Provisão para riscos fiscais (Nota 9b)	-	2.581
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	282	967
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 16c)	1	335
Impostos e contribuições a recolher	11	16
Total	294	3.899

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Capital social no montante de R\$ 15.700 mil (2008 - R\$ 15.700 mil), totalmente subscrito e integralizado é composto por 15.700.000 cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

O BACEN homologou em 27 de janeiro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2008, deliberando aumentar o capital social no montante de R\$ 1.450 mil, elevando-o de R\$ 14.250 mil para R\$ 15.700 mil, com emissão de 1.450.000 cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada, sendo:

- Mediante a capitalização do saldo das contas “Reservas de Capital - Atualização de Títulos Patrimoniais”, no valor de R\$ 395 mil e “Reservas de Capital - Outras”, no valor de R\$ 420 mil; e
- Parte do saldo da conta “Reservas de Lucros - Reserva Estatutária”, no valor de R\$ 635 mil.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Reservas de Lucros	14.203	14.125
- Reserva Legal (1)	1.653	1.575
- Reserva Estatutária (2)	12.550	12.550

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Aos cotistas está assegurado dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. No exercício foram provisionados dividendos no montante de R\$ 1.475 mil (2008 - R\$ 19 mil), correspondendo R\$ 93,95 (2008 - R\$ 1,20) por lote de mil cotas. Os dividendos do exercício de 2008 foram pagos em dezembro de 2009.

12) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Propaganda e publicidade	200	140
Serviços técnicos especializados	31	30
Comunicações	8	-
Serviços do sistema financeiro	5	3
Outras	-	2
Total	244	175

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Contribuição ao COFINS	115	133
Contribuição ao PIS	19	22
Impostos e taxas	24	23
Total	158	178

14) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Atualização de depósitos em garantia	(18)	176
Atualização de provisão para riscos fiscais	-	(191)
Reversão de outras provisões operacionais	37	22
Dividendos recebidos	16	-
Outras	1	(3)
Total	36	4

15) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR E EMPRESAS LIGADAS

a) As transações com o controlador e empresas ligadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2009	2008	2009	2008
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	5	19	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	30.546	29.326	2.813	3.278
Dividendos:				
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	(1.475)	(19)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Os administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.487	2.964
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(995)	(1.185)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(392)	(1)
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (2)	-	52
Outros valores	453	149
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(934)	(985)

- (1) A partir de 1º de maio de 2008 a alíquota da contribuição social para as empresas financeiras foi elevada para 15%, de acordo com a Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008) (Nota 3e); e
- (2) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da Contribuição Social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(79)	(1.253)
Impostos diferidos		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias	(855)	268
Total dos impostos diferidos	(855)	268
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(934)	(985)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2008	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31.12.2009
Provisões para perda em ações fiscais	956	-	956	-
Provisões para perda Trabalhistas	8	-	2	6
Provisões para perdas de investimentos	17	52	1	68
Provisões para desvalorização de títulos patrimoniais	80	-	-	80
Outros	32	84	32	84
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 7)	1.093	136	991	238
Obrigações fiscais diferidas (Nota 10)	335	56	390	1
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	758	80	601	237

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2009 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribui-ção social	Total
2010	69	42	111
2011	32	19	51
2012	26	16	42
2013	11	6	17
2014	11	6	17
Total	149	89	238

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 222 mil (2008 - R\$ 999 mil) de diferenças temporárias.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

Outras obrigações diversas correspondem basicamente a pagamentos a efetuar.

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores

Zogbi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Zogbi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e do segundo semestre de 2009, elaborados sob a responsabilidade da administração da Instituição. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e

(c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zogbi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e do segundo semestre de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de janeiro de 2010

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador
CRC 1SP172940/O-6



Cidades

ALVO PRINCIPAL

Cerca de 600 empresas recolhem entulho de forma irregular na cidade.

NOVA OPERAÇÃO

Fiscais do governo estadual vão fiscalizar aterros clandestinos.

Prefeitura abre guerra contra entulho

Projeto de lei enviado à Câmara Municipal propõe mais rigor nas multas aplicadas contra empresas clandestinas que despejam suas caçambas nas ruas da cidade

A Prefeitura de São Paulo anunciou ontem que vai apertar o cerco contra empresas clandestinas que jogam entulho nas ruas da cidade, especialmente na zona sul da Capital. De acordo com o prefeito Gilberto Kassab, foi criada uma força-tarefa da qual participam agentes da Prefeitura, Governo do estado e da polícia, com a missão fiscalizar e coibir esse tipo de crime. A ideia também é agravar as punições às empresas que trabalham irregularmente com caçambas. "Estamos encaminhando um projeto de lei para a Câmara no qual as multas serão mais expressivas", afirmou ontem o prefeito.

De acordo com levantamento feito pela administração municipal, existem em São Paulo cerca de 200 empresas de remoção de entulho cadastradas, contra 600 que operam irregularmente. (Agências)

Moacyr Lopes Junior/Folha Imagem



Aterros sanitários ilegais entram na mira do governo estadual

A partir de hoje, aterros sanitários ilegais localizados às margens do rio

Tietê serão o alvo de uma operação de combate anunciada ontem pelo governo de São Paulo. Ao mesmo tempo, o governador José Serra participou pessoalmente do fechamento de uma fundição de alumínio

na Vila Any, em Guarulhos, usada também como depósito ilegal de entulho. O estabelecimento foi multado pela Polícia Ambiental. "Trata-se de um lugar impossível de morar, porque fica à margem do rio, que sempre vai alagar",

afirmou o governador. Segundo José Serra, a região onde foi fechada a fundição guarda muitas semelhanças com o Jardim Romano, na zona leste, uma área que foi desmatada e que teve o solo impermeabilizado. (Agências)

Enchentes geram protesto na zona leste

Revoltados com o prejuízo material causado pelo transbordamento de um córrego toda vez que chove forte na região, pelo menos 250 moradores da Vila Curuçá, no Itaim Paulista, extremo leste de São Paulo, realizaram, entre as 22h45 de anteontem e 2h30 de ontem uma manifestação violenta na Estrada Dom João Néri, onde foram feitas duas barricadas com objetos queimados, entre os números 2.600 e 3.000 da avenida. Houve confronto com a Polícia Militar, que usou balas de borracha e bombas de efeito moral para dispersar os manifestantes. (AE)

Jogar lixo nas ruas é crime. Por isso, uma força-tarefa composta por agentes da Prefeitura e do Estado apertará o cerco contra quem comete essa infração